

1. Legal rights to harvest	
1.1 Land tenure* and management rights	
Designação	Descrição Sumária
D-L n.º 193/95, de 28 de julho	RNDG – Registo Nacional de Dados Geográficos
Lei n.º 1971, de 15 de junho de 1938	RF – Regime Florestal
Lei n.º 2069, de 24 de abril de 1954	RF – Regime Florestal
D-L n.º 442-B/88, de 30 de novembro	CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
D-L n.º 172/95, de 18 de julho	NIP – Número de Identificação de Prédio
D-L n.º 287/2003, de 12 de novembro	CIMT – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro	Titularidade dos recursos hídricos e servidões
Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro	CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
D-L n.º 180/2009, de 7 de agosto	RNDG – Registo Nacional de Dados Geográficos
RCM n.º 56/2012, de 5 de julho	CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis Aprova as Linhas Orientadoras e Estratégicas para o Cadastro e a Gestão Rural
D-L n.º 162/2014, de 31 de outubro	CFI – Código Fiscal do Investimento
Lei n.º 72/2014, de 2 de setembro	CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis
Portaria n.º 146/2018, de 22 de maio	Regula o registo de cães de matilhas de caça maior
Portaria n.º 192/2015, de 29 de junho	Substituição de livretes das armas classificadas como armas de caça grossa, ao abrigo do regime anterior
Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de junho	Estabelece o regime jurídico do arrendamento forçado de prédios rústicos
Lei n.º 75/2017	Regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção comunitários
Lei n.º 99/2019	Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro)
Lei n.º 74/2017	Primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.
Decreto-Lei n.º 29/2020, de 29 de junho	Cria um programa de apoio ao emparcelamento rural simples, designado «Emparcelar para Ordenar»
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2020, 16 de junho	Cria a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada
Lei n.º 65/2019, de 23 de agosto	Mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada
Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto	Cria um sistema de informação cadastral simplificada e revoga a Lei n.º 152/2015, de 14 de setembro

Decreto Legislativo Regional nº28/2008/A de 24 de julho	Regime jurídico do uso e arrendamento de baldios
Declaração de Retificação nº52/2008 de 4 de setembro	Retifica o Decreto Legislativo Regional nº28/2008/A de 24 de julho
Decreto Legislativo Regional nº29/2008/A de 24 de julho	Regime jurídico do arrendamento rural na Região Autónoma dos Açores
<b>1.2 Concession licenses</b>	
<b>Designação</b>	<b>Descrição Sumária</b>
D-L n.º 31095, de 31 de dezembro de 1940	Código Administrativo e Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes
Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de julho	Constituição da República Portuguesa
Lei n.º 20/2008, de 21 de abril	Transposição da Decisão Quadro n.º 2003/568/JAI, do Conselho, de 22 de Julho – o regime de responsabilidade penal por crimes de corrupção cometidos no comércio internacional e na actividade privada
Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de outubro	NRAR – Novo Regime de Arrendamento Rural
Lei n.º 32/2010, de 2 de setembro	Pacote Anti-corrupção
Lei n.º 36/2010, de 2 de setembro	Pacote Anti-corrupção
Lei n.º 37/2010, de 2 de setembro	Pacote Anti-corrupção
Lei n.º 38/2010, de 2 de setembro	Pacote Anti-corrupção
Lei n.º 43/2010, de 3 de setembro	Pacote Anti-corrupção
Lei n.º 42/2010, de 3 de setembro	Pacote Anti-corrupção
Lei n.º 41/2010, de 3 de setembro	Pacote Anti-corrupção
Lei n.º 72/2014, de 2 de setembro	Arrendamento rural
Lei n.º 7/2008, 15/02	Lei da Pesca nas Águas Interiores
Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto	Regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos
DL n.º 47344/66, de 25 de novembro	Código Civil
Decreto Legislativo Regional n.º 20/2021/M, de 04 de agosto	Estabelece o regime para a instalação e exploração de centrais de biomassa florestal na Região Autónoma da Madeira
Portaria n.º 390/2017 de 6 de outubro	Procede à primeira alteração das Portarias n.ºs 313/2016 e 314/2016, de 1 de setembro, que estabelecem, respetivamente, os procedimentos necessários à realização dos exames para a obtenção da carta de caçador a realizar na Região e os procedimentos para a emissão da licença regional de caça

Portaria n.º 140-A/2016, de 13 de maio	Define o tipo de licenças de caça, validade e âmbito regional, bem como as taxas devidas pelas mesmas.
Portaria n.º 140-B/2016, de 13 de maio	Estabelece a matéria sobre que versa o exame, sua periodicidade e critérios de aprovação, bem como as taxas devidas com a inscrição em exame e emissão inicial, renovação e emissão de segunda via de carta de caçador. Define ainda o modelo de carta de caçador, bem como de recibo da sua apreensão ou entrega e guia de substituição da mesma
Despacho n.º 18584/2008, de 11 de julho	Clarificação do conceito de actividades venatórias
Portaria n.º 189/2020, de 6 de agosto	Define a sinalética aplicável às zonas interditas à caça (ZIC) nas áreas classificadas
Portaria n.º 180/2018, de 22 de junho	Estabelece o capital mínimo e as condições a que obedece o seguro obrigatório de responsabilidade civil pela realização de montarias, batidas e largadas
Portaria n.º 318/2018, de 11 de novembro	Altera a Portaria 147/2018, de 22 de maio, que estabelece as condições de autorização da instalação dos campos de treino de caça
Portaria n.º 43/2018, de 6 de fevereiro	Aprova o regulamento de credenciação de entidades formadoras e formadores dos cursos de formação técnica e cívica para portadores de armas de fogo e para o exercício da atividade de armeiro e do exame de aptidão para a obtenção do certificado de aprovação para o uso e porte de arma de fogo e para a carta de caçador
Portaria n.º 267/2014, de 18 de dezembro.	Terceira alteração à Portaria 431/2006, de 3 de maio. Estabelece os requisitos, prazos, termos de procedimento administrativo e circuitos relacionados com a tramitação dos processos relativos a zonas de caça.
Decreto-Lei n.º 315/2003, de 17 de dezembro:	Altera o Dec.-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia.
Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril	Define os limites e condições para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional
<b>1.3 Management and harvesting planning</b>	
<b>Designação</b>	<b>Descrição Sumária</b>
Lei n.º 2069, de 24 de abril de 1954	Regime Florestal
Lei n.º 19/2014 de 14 de abril	Bases da política de ambiente
Lei n.º 33/96, de 17 de agosto	LBPF – Lei de Bases da Política Florestal
Lei n.º 173/99, de 21 de setembro	LBGC – Lei de Bases Gerais da Caça
Lei n.º 31/2014 de 30 de maio	Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	LBPC – Lei de Bases do Património Cultural
D-L n.º 127/2005, de 5 de agosto	Zonas de Intervenção Florestal – ZIF
Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	LA – Lei da Água
DL n.º 49/2005, 24 de fevereiro	Avaliação de Incidências Ambientais (AlncA)
RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho	Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.
D-L n.º 16/2009, de 14 de janeiro	Aprova o Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal (PROF, PGF, PEIF)
Despacho n.º 15183/2009, de 6 de julho	Homologação das normas técnicas dos PGF
Despacho n.º 20194/2009, de 7 de setembro	Homologação das normas técnicas dos PEIF
RCM n.º 81/2010, de 3 de novembro	Medidas para incentivar a produção e a utilização de biomassa florestal
Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro	Criação da bolsa de terras
Portaria n.º 364/2013, de 20 de dezembro	Identificação das respetivas explorações florestais e agroflorestais obrigatoriamente sujeitas a PGF, em cada PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal.
RCM n.º 87/2013, de 11 de dezembro	PNEPC – Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil
Lei n.º 31/2014, de 30 de maio	LBPSOTU – Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo
RCM n.º 28/2014, de 7 de abril	POSF – Programa Operacional de Sanidade Florestal
D-L n.º 27/2014, de 18 de fevereiro	ZIF – Zona(s) de Intervenção Florestal
Portaria n.º 487/2010, de 13 de julho	Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade
Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto	Cria o Fundo Ambiental, estabelecendo as regras para a respetiva atribuição, gestão, acompanhamento e execução e extingue o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Intervenção Ambiental, o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade
Decreto-Lei n.º 66/2017, de 12 de junho	Estabelece o regime jurídico de reconhecimento das entidades de gestão florestal.
Portaria n.º 63/2018, de 2 de março	Estabelece o procedimento para o reconhecimento das entidades de gestão florestal (EGF) e das unidades de gestão florestal (UGF), bem como os critérios para avaliação da respetiva capacidade de gestão, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 66/2017, de 12 de junho, com a redação dada pela Lei n.º 111/2017, de 19 de dezembro.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2018, de 3 de janeiro	Aprova o Programa de Revitalização do Pinhal Interior.

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2017, de 30 de outubro	Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva
Portaria n.º 58/2019, de 11 de fevereiro	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM)
Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD)
Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI)
Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL)
Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)
Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT)
Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF ALG)
Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho	Estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem
Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro	Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho	Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
Decreto n.º 24/2019, de 3 de outubro	Aprova o Protocolo de Alteração à Convenção Europeia da Paisagem feito em Estrasburgo, em 1 de agosto de 2016
Decreto-Lei n.º 16/2022, de 14 de janeiro	Altera o regime jurídico da reconversão da paisagem
Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho	Altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023
Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro	Aprova a Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000
Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro	Homologa o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI)
Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro	Procede à primeira alteração ao anexo do Despacho n.º 443-A/2018, de 5 de janeiro, que estabelece o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2017 - DR n.º 88/2017, Série I de 2017-05-08	Aprova o Programa Nacional de Fogo Controlado que estabelece o primeiro plano nacional de fogo controlado, de acordo com a Estratégia Nacional para as Florestas a (ENF), que prevê o delineamento de um Plano Nacional de Gestão Integrada do Fogo e prosseguindo os objetivos fundamentais estratégicos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), tais como, a redução da superfície florestal ardida
Portaria n.º 134/2015 - DR n.º 95/2015, Série I de 2015-05-18	Estabelece o regime de aplicação da Operação 8.1.3, «Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos» e da Operação 8.1.4, «Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos», ambas inseridas na Ação 8.1, «Silvicultura Sustentável» da Medida 8, «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)
Despacho n.º 3551/2015 - DR n.º 69/2015, Série II de 2015-04-09	Regulamentação e definição do Sistema de Gestão de Operações (SGO)
Despacho n.º 7511/2014 - D.R. n.º 110, Série II de 2014-06-09	Homologa o Regulamento do Fogo Técnico.
Portaria 104/2018, de 18 de abril	Fixa a taxa devida pela ajuramentação dos guardas dos recursos florestais e o regime de atualização anual do seu montante
Portaria n.º 148/2018, de 22 de maio	Regulamenta o exercício da caça em zonas de caça municipais
Portaria n.º 105/2018, de 18 de abril	Alterada pelas Portaria n.º 267-A/2018, de 20 setembro, Portaria n.º 249/2019, de 1 de agosto e Portaria n.º 283/2019, de 30 de agosto. Define as espécies às quais é permitido o exercício da caça nas épocas venatórias 2018-2021 e fixa os períodos, os processos e outros condicionalismos para essas mesmas épocas
Decreto-Lei n.º 203/2005 de 25 de Novembro	Estabelece o regime jurídico da actividade apícola e as normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas.
Despacho n.º 4809/2016 de 08 de abril	Aprova o modelo de registo da atividade apícola e de declaração de existências e determina o período de declaração anual de existências.
Portaria 100/2021, de 10 de Maio	Define as espécies cinegéticas que é permitido caçar nas épocas venatórias 2021-2024, bem como os períodos, processos e outros condicionalismos
DECISÃO DE EXECUÇÃO (UE) 2015/789 DA COMISSÃO de 18 de maio de 2015	Relativa às medidas para impedir a introdução e a propagação na União de <i>Xylella fastidiosa</i> (Wells et al.)
Despacho n.º 6670/2011	Determina a criação de um grupo de trabalho para a elaboração das principais linhas orientadoras do plano de acção nacional de controlo das populações de <i>Gonipterus platensis</i> , agente responsável por danos e perdas de produtividade significativos nos povoamentos de eucalipto.

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2006, de 18 de janeiro	Adopta as Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas, aprovadas pelo Conselho Nacional de Reflorestação em 30 de Junho de 2005
Portaria n.º 78/2013	Determina a ocorrência de factos relevantes para efeitos de revisão dos planos regionais de ordenamento florestal (PROF) em vigor em Portugal continental, bem como a suspensão parcial desses planos e revoga a Portaria n.º 62/2011, de 2 de fevereiro
Resolução Conselho de Ministros 179/2003	Altera a Resolução Conselho de Ministros 118/2000, que incumbe as direções regionais de agricultura de elaborar os planos regionais de ordenamento florestal.
Decreto-Lei n.º 5/2011	Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal
Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017	Aprova alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios florestais
Portaria n.º 1140/2006	Define as especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios a observar na instalação e funcionamento de equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural.
Portaria nº 18/2022	Altera o anexo IV, do regulamento constante no «anexo A» das Portarias n.ºs 52/2019, 53/2019, 54/2019, 55/2019, 56/2019, 57/2019 e 58/2019, de 11 de fevereiro, que aprovaram, respetivamente, os programas regionais de ordenamento florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT), do Algarve (PROF ALG), do Alentejo (PROF ALT), do Centro Interior (PROF CI), do Centro Litoral (PROF CL), de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD) e de Entre Douro e Minho (PROF EDM).
Aviso (extrato) n.º 6345/2022, de 28 de março	Carta de Perigosidade de Incêndio Rural
Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2022, de 07 de janeiro	Adapta o Programa de Transformação da Paisagem ao Plano de Recuperação e Resiliência
Despacho n.º 12447-D/2021, de 21 de dezembro	Constituição de 23 áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)
Despacho n.º 7109-A/2021, de 16 de julho	Constituição de 47 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)
Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020	Cria o Programa de Transformação da Paisagem
Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2020, de 24 de junho	Aprova as diretrizes do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves
Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2015	Aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem
DESPACHO N.º 4/G/2021	ATUALIZAÇÃO DA ZONA DEMARCADA PARA <i>Xylella fastidiosa</i>
Regulamento de Execução (EU) 2020/1201 da Comissão, de 14 de agosto	Medidas para impedir a introdução e propagação na União Europeia de <i>Xylella fastidiosa</i>
Diretiva 2003/35/CE	Estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente e que altera, no que diz respeito à participação do público e ao acesso à justiça, as Diretivas 85/337/CEE e 96/61/CE do Conselho - Declaração da Comissão
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro	Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas

Portaria n. 243/2020, de 14 outubro	relativa às medidas de proteção fitossanitária e medidas de erradicação a aplicar no território nacional contra <i>Xylella fastidiosa</i> tendo em conta o estipulado no Regulamento de Execução (EU) 2020/1201.
Portaria nº73/2010 de 4 de agosto	Aprova o regulamento de aplicação do “Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção” da Medida 2.4 da “Gestão do Espaço Florestal” Eixo 2 “Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural” DO Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013, (Prorural)
Decreto-lei nº16 de 2009 de 14 de Janeiro	Aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, gestão e de intervenção de âmbito nacional
Decreto Legislativo regional nº20/2006/A de 6 de junho	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da região Autónoma dos Açores
Declaração de Retificação nº79/2007 de 21 de Agosto	Declara ter sido retificado DLR nº 15/2007/A, que procede à revisão das Rede Regional de AP da RAA e determina a reclassificação das AP existentes, publicado do DR, 1ª série, nº120 de 25 de Junho de 2007
Decreto Legislativo Regional nº 30/2010/A de 15 de novembro	Regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental
Decreto Legislativo Regional n.º 7/2014/A, de 3 de junho	Sociedade de gestão ambiental e conservação da natureza
Decreto Regulamentar Regional nº13/99/A de 3 de Setembro	Desenvolve o regime jurídico da proteção do património florestal da Região Autónoma dos Açores
Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março	Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA)
Resolução n.º 348/2020, de 22 de maio	Aprova o Plano Operacional de Combate aos Incêndios Florestais (POCIF) - 2020, consubstanciado na Diretiva Operacional Regional n.º 1/2020/SRPC
Resolução n.º 64/2016, de 12 de fevereiro	Aprova as normas que regulam a elaboração dos instrumentos de gestão florestal - Planos de Gestão Florestal (PGF), PGF Simplificado e Plano Orientador de Gestão (POG).
Decreto Legislativo Regional nº27/99/M, de 28 de agosto	Regula a detenção, a importação e a introdução no território da Região Autónoma da Madeira de espécies não indígenas da fauna.
Decreto Legislativo Regional n.º 35/2008/M, de 14 de agosto	Estabelece o regime de protecção dos recursos naturais e florestais e revoga os Decretos Legislativos Regionais n.os 7/88/M, de 6 de Junho, e 21/88/M, de 1 de Setembro, que estabelecem o regime silvo pastoril e regulam a protecção dos recursos florestais, respetivamente
<b>1.4 Harvesting permits</b>	
<b>Designação</b>	<b>Descrição Sumária</b>
DL nº. 269/82, de 10/07	Define e classifica obras de fomento hidroagrícola
Decreto-Lei n.º 173/88, de 17 de maio	Estabelece a proibição do corte prematuro de povoamentos florestais
Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio	Manifesto de Produção Suberícola

Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho	Altera o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, que estabelece as medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira
Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto	Manifesto de exploração florestal de material de coníferas hospedeiras do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP)
D-L n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	RJAIA – Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente
Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA)
Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio	Declaração de pinhas
Portaria n.º 161/2022, de 20 de junho	Revogação da alínea v) do artigo 1.º da Portaria n.º 100/2021, de 10 de maio, alterada pela Portaria n.º 168-A/2021, de 2 de agosto, que define as espécies cinegéticas que é permitido caçar nas épocas venatórias 2021-2024
Portaria 100/2021, de 10 de maio	Define as espécies cinegéticas que é permitido caçar nas épocas venatórias 2021-2024, bem como os períodos, processos e outros condicionalismos
Despacho 18355/2008	Regime de corte excecional do material lenhoso de baldios
Decreto-Lei n.º 31/2020, de 30 de junho	Aprova o regime do manifesto de corte, corte extraordinário, desbaste ou arranque de árvores e da rastreabilidade do material lenhoso
Decreto Regional n.º 35/2008/M	Regime de protecção dos recursos naturais e florestais
Decreto Regional n.º 13/99/A	Regime jurídico da protecção do património florestal da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/98/A, de 13 de abril
Decreto Legislativo Regional n.º 13/2008/A de 6 de junho	Queima de sobranes vegetais
Portaria n.º 617/2021, de 15 setembro 2021	Fixa o calendário, os períodos, os processos e outros condicionamentos venatórios para a época venatória de 2021/2022 na Região Autónoma da Madeira.

## 2. Taxes and fees

### 2.1 Payment of royalties and harvesting fees

Designação	Descrição Sumária
D-L n.º 394-B/84, de 26 de dezembro	CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
D-L n.º 442-B/88, de 30 de novembro	CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

Portaria n.º 1405/2008, de 4 de dezembro	Taxas da atividade cinegética
Decreto-Lei n.º 287/2003, 12/11	CIMT – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
D-L n.º 162/2014, de 31 de outubro	CFI – Código Fiscal do Investimento
Portaria n.º 275/2010, de 19 de maio	Fixa os valores das taxas devidas pelos serviços prestados pelos organismos, no âmbito dos ministérios responsáveis pelas áreas laboral e da saúde, competentes para a promoção da segurança e saúde no trabalho e revoga a Portaria n.º 1009/2002, de 9 de agosto
Despacho Normativo n.º 80/2009 de 21 de dezembro	Fixa os valores anuais das rendas a pagar pelos arrendatários das pastagens baldias sob administração dos serviços do departamento do Governo Regional com competência em matéria florestal

## 2.2 Value added taxes and other sales taxes

Designação	Descrição Sumária
D-L n.º 394-B/84, de 26 de dezembro	CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)
Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro	Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social
Decreto-Lei n.º 102/2008 de 20 de junho	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
Decreto-Lei n.º 442-A/88 de 30 de novembro	Aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)
Decreto-Lei n.º 442-B/88 de 30 de novembro	Aprovado o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)
Portaria n.º 30/2017, de 8 de fevereiro	Estabelece as taxas dos produtos e serviços prestados pelo IFCN
Portaria n.º 124/2018 – Altera a Portaria n.º 30/2017, qual estabelece as taxas dos produtos comercializados e dos serviços prestados.	Estabelece as taxas dos produtos comercializados e dos serviços prestados.

## 2.3 Income and profit taxes

Designação	Descrição Sumária
RCM n.º 56/2012, de 5 de julho	EFFIGF – Estatuto Fiscal e Financeiro no Investimento e na Gestão Florestal
D-L n.º 162/2014, de 31 de outubro	CFI – Código Fiscal do Investimento
Decreto-Lei n.º 215/89	Incentivos fiscais à atividade silvícola

Lei n.º 110/2017, de 15 de dezembro

Cria benefícios fiscais para entidades de gestão florestal, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado

### 3. Timber harvesting activities

#### 3.1 Timber harvesting regulations

Designação	Descrição Sumária
Decreto n.º 13658, de 23 de maio de 1927	Disposições atinentes a impedir a redução da área florestal, regularizando os cortes de arvoredos no interesse geral e em especial no da hidrologia e do trabalho nacional
Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Decreto-Lei n.º 143/82 de 26 de abril	Proteção a marcos geodésicos
D-L n.º 139/89, de 28 de abril	Proteção do relevo natural, do solo arável e do revestimento vegetal
Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril	Transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, Diretiva Aves e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, Diretiva Habitats
Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho	Estabelece o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas da flora e da fauna
Lei n.º 173/99, de 21 de setembro	LBGC – Lei de Bases Gerais da Caça
Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto	Regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos
RCM n.º 76/2000, de 5 de julho	Aprovada 2ª fase da Lista Nacional de Sítios
Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio	Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio	Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
D-L n.º 72/2003, de 10 de abril	OGM – Organismos Geneticamente Modificados
D-L n.º 205/2003, de 12 de setembro	Comercialização de Materiais Florestais de Reprodução (MFR), e estabelece as normas gerais aplicáveis à produção e comercialização de Materiais Florestais de Reprodução
D-L n.º 203/2005, de 25 de novembro	Regime jurídico do ordenamento e sanidade apícolas
Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	LA – Lei da Água

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro	Aprova o regime geral da gestão de resíduos
DL 226-A/2007, 31 maio	Regime de Utilização dos Recursos Hídricos
Lei n.º 7/2008, 15/02	Lei da Pesca nas Águas Interiores
Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de outubro	Regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas
Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho	Aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas
Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho	Aprova o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030)
D-L n.º 95/2011, de 8 de agosto	PANCNMP – Programa de Ação Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro
Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de janeiro	Medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal
Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	Regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA)
D-L n.º 96/2013, de 19 de julho	Regime jurídico a que estão sujeitas as ações de arborização e rearborização (RJAAR)
Portaria n.º 304/2013, de 16 de outubro	PANUSPF – Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos
Lei n.º 26/2013, 11 de abril	Regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos
Despacho n.º 5802/2014, de 2 de maio	Regulamento dos equipamentos florestais de recreio
Despacho n.º 5711/2014, de 30 de abril	Regulamento dos pontos de água
Despacho n.º 5712/2014, de 30 de abril	Regulamento da rede viária florestal
Despacho n.º 7511/2014, de 9 de junho	Regulamento do fogo técnico
Portaria n.º 204/2014, de 8 de outubro	Regulamento do Módulo RJAAR
Despacho Normativo n.º 1/2014 (2.ª série), de 3 de janeiro	PAN 2014-2016 – Programa Apícola Nacional 2014-2016
RCM n.º 78/2014, de 24 de dezembro	PANCD – Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação
Decreto-Lei n.º 181/2015, de 28 de agosto	Regime jurídico da resinagem e da circulação de resina de pinheiro no Continente

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Decreto-Lei n.º 55/2015, de 17 de abril	OGM – Organismos Geneticamente Modificados
Portaria n.º 267/2022, de 3 de novembro	Estabelece os elementos instrutórios dos pedidos de licença de produção e de licença de exploração das centrais a biomassa
Decreto-lei 77/2015, de 12 de maio	Regime jurídico de colheita, transporte, armazenamento, transformação, importação e exportação de pinhas da espécie <i>Pinus pinea</i> L. (pinheiro-manso)
Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro	Aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal e revoga os Decretos-Leis n.os 204/99 e 205/99, ambos de 9 de junho
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de janeiro	Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas, que constitui a primeira atualização da Estratégia aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro.
Decreto-Lei n.º 64/2017, de 12 de junho	Aprova o regime para novas centrais de biomassa florestal
Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios.
Decreto-Lei n.º 459/88, de 14 de dezembro	Aplica a Portugal o regulamento comunitário relativo à proteção das florestas contra os incêndios.
Decreto-lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro	Clarifica os condicionalismos à edificação no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
Decreto-Lei n.º 32/2020, de 1 de julho	Altera o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais
Portaria n.º 325-A/2019	Estabelece as regras nacionais complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional (PAN) relativo ao triénio 2020-2022, aprovado pela Decisão de Execução (UE) 2019/974, da Comissão, de 12 de junho, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, do Regulamento Delegado (UE) 2015/1366, da Comissão, de 11 de maio, e do Regulamento de Execução (UE) 2015/1368, da Comissão, de 6 de agosto
Portaria 185/2018 de 22 de junho	Estabelece a obrigatoriedade de selagem dos exemplares das espécies cinegéticas de caça maior abatidos no exercício da caça e em ações de correção de densidade populacional, prevendo as respetivas regras
Resolução do Conselho de Ministros nº178/2003 de 17 de novembro	Aprova as linhas orientadoras da reforma estrutural do sector florestal.
Resolução do Conselho de Ministros nº64/2003 de 30 de abril	Aprova o programa de ação para o setor florestal
Resolução da Assembleia da República nº70/2012 de 10 de maio	Recomenda ao Governo um conjunto de medidas que promovam a utilização e valorização da biomassa florestal como contributo para a gestão sustentável das florestas e como prevenção da ocorrência de incêndios florestais
Decreto legislativo nº19/2003/A de 23 de abril	Plano Regional da água
Portaria nº 61/2012 de 31 de maio	Aprova a delimitação do perímetro de captações de água para abastecimento público

Portaria n.º67/2007 de 15 de outubro	Fixa as regras de que depende a aplicação do Decreto-Lei n.º226-A/2007, de 31 de maio, na Região Autónoma dos Açores
Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A de 5 de junho	Regime Jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais da Região Autónoma dos Açores
Diretiva 2013/39/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 agosto	Altera as Diretivas 2000/60/CE e 2008/105/CE no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água.
Decreto Legislativo Regional n.º 10/2016/A	Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores.
Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto	Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente
Decreto-Lei n.º265/72 – Regulamento Geral das Capitánias (Dec. n.º 5787-4 I); DL n.º 468/71	Domínio público hídrico

### 3.2 Protected sites and species

Designação	Descrição Sumária
Decreto n.º 95/81, de 23 de julho	Convenção Relativa à Protecção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural na Europa
Decreto-Lei n.º 316/89, 22 de setembro	Regulamentação da Convenção de Berna
D-L n.º 423/89, de 4 de dezembro	Regime de protecção do azevinho espontâneo <i>Ilex aquifolium</i> L..
Decreto n.º 21/93, de 21 de junho (D. R. n.º 143, Série I)	Convenção sobre Diversidade Biológica
Decreto-Lei n.º 54/2016, de 25 de agosto	Desenvolve os princípios da proteção e conservação do lobo-ibérico ( <i>Canis lupus signatus</i> , Cabrera, 1907), consagrados na Lei n.º 90/88, de 13 de agosto.
Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril	Transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (diretiva aves) e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats).
Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio	Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira.
Decreto n.º 7/2004, de 17 de abril	Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica
Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho	Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, 21 de julho	Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.

D-L n.º 147/2008, de 29 de julho	Danos ambientais e responsabilidade pelos mesmos
Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro	Regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público
RAR n.º 15/2012, de 10 de fevereiro.	Institui o Sobreiro como Árvore Nacional de Portugal.
D-L n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	AIA – Avaliações de Impacte Ambiental – em “áreas sensíveis”
Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho	Estabelece os critérios de classificação e desclassificação de arvoredo de interesse público
Lei n.º 31/2014, de 30 de maio	LBPSOTU – Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo: programas das áreas protegidas
Decreto Lei n.º 242, de 15 de outubro	Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade
Despacho n.º 8726/2015, de 7 de agosto	Plano de Acção para a Conservação do Lince Ibérico ( <i>Lynx pardinus</i> ) em Portugal
Despacho n.º 9727/2017	Plano de Acção para o Lobo
Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março	Classifica como zonas especiais de conservação os sítios de importância comunitária do território nacional
Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, que procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (diretiva aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats)
Decreto Legislativo Regional nº14/82//M, de 10 de novembro	Cria o Parque Natural da Madeira
Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2014/M, de 3 de março	Procede à classificação das Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Região Autónoma da Madeira
Resolução n.º 1226/2015, de 29 de dezembro	Aprova a alteração dos limites dos Sítios Classificados da Rede Natura 2000
Portaria n.º 466/2001, de 8 de maio	Identifica as espécies ou subespécies cinegéticas com que é permitido efetuar repovoamentos.
Decreto Legislativo Regional nº5/2006/M	Adapta à RAM o Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de fevereiro.
REGULAMENTO (UE) 2017/160 DA COMISSAO de 20 de janeiro de 2017	Altera o Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho relativo à proteção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio
Decreto Regional n.º 15/2012/A	Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e define medidas para o controlo de espécies invasoras
<b>3.3 Environmental requirements</b>	

Designação	Descrição Sumária
Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho	Aprova o «Quadro Estratégico para a Política Climática», o «Programa Nacional para as Alterações Climáticas», a «Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas», constante dos anexos I, II e III, à presente resolução, respetivamente e que dela fazem parte integrante, bem como cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas (CIAAC).
Lei n.º 90/88, de 13 de agosto	Protecção do lobo ibérico
Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural
Decreto n.º 7/2002	Protocolo de Quioto
Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro	Titularidade dos recursos hídricos e servidões; no art.º 11.º, noção de margem e sua largura
Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	LA – Lei da Água
D-L n.º 353/2007, de 26 de outubro	Procedimento de delimitação do Dominio Publico Hidrico
RCM n.º 115-A/2008, 21/07	Aprova o Plano Setorial da Rede Natura 2000 relativo ao território do continente.
Portaria n.º 1284/2009, de 19 de outubro	PGBH – Plano(s) de Gestão de(das) Bacia(s) Hidrográfica(s)
Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro.	Regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda Património Cultural
D-L n.º 73/2009, de 31 de março	RAN – Reserva Agrícola Nacional
Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto	REN – Reserva Ecológica Nacional
Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro	Define as situações de usos ou ações consideradas compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional (REN)
Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio	Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2018, de 6 de setembro	Define uma nova orientação estratégica para o ordenamento florestal.
Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro	Aprova a revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais previstas no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)
Decisão de execução (UE) 2019/20 da Comissão de 14 de dezembro de 2018	Adota a sétima atualização da lista dos sítios de importância comunitária da região biogeográfica macaronésica
Resolução n.º 1225/2015, de 29 de dezembro	Determina a criação de 7 novos Sítios de Importância Comunitária da Rede Natura 2000, na Região

Decreto-Lei n.º 67/2020, de 15 de setembro	Assegura a execução e garante o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 2016/2031, relativo a medidas de proteção contra as pragas dos vegetais, e do Regulamento (UE) n.º 2017/625, relativo aos controlos oficiais, no domínio das medidas de proteção contra pragas dos vegetais
Decreto Legislativo Regional n.º 7/2021/M, de 16 de março	Cria a Rede de Monumentos Naturais da Região Autónoma da Madeira
Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2014/M, de 3 de março	Procede à classificação das Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Região Autónoma da Madeira
Decreto Legislativo Regional n.º 35/2008/M, de 14 de agosto	Estabelece o regime de protecção dos recursos naturais e florestais e revoga os Decretos Legislativos Regionais n.os 7/88/M, de 6 de junho, e 21/88/M, de 1 de setembro, que estabelecem o regime silvo pastoril e regulam a protecção dos recursos florestais, respetivamente
Lei n.º 19/2014 de 14 de abril	Bases da política de ambiente
Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, e a Diretiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro
Decreto-Lei n.º 75/2011, de 20 de junho	Estabelece requisitos essenciais de protecção ambiental aplicáveis à colocação no mercado e à entrada em serviço das máquinas de aplicação de pesticidas, transpõe a Diretiva n.º 2009/127/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho
Diretiva 2003/35/CE	Estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente e que altera, no que diz respeito à participação do público e ao acesso à justiça, as Diretivas 85/337/CEE e 96/61/CE do Conselho - Declaração da Comissão
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro	Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas
Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril	Regula a libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM) e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de março
Decreto Legislativo Regional n.º 6/98/A de 13 de Abril	Estabelece normas sobre a protecção, o ordenamento e a gestão do património florestal da Região Autónoma dos Açores
Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A de 2 de Abril	Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade
Decreto-Lei n.º 234/98 de 22 de julho	Reporta a obrigação de limpeza e desobstrução dos leitos de linhas de água e margens de correntes navegáveis, as quais por princípio nos termos do disposto no DL n.º 468/71, de 5/11, integram o domínio público. Sendo que, nos termos do DL n.º 468/71, de 5/11, os terrenos em questão podem também referir-se a correntes não navegáveis nem flutuáveis
<b>3.4 Health and safety</b>	

Designação	Descrição Sumária
Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 2000/14/CE, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior.
Decreto-Lei n.º 118/2019, de 21 de agosto	Procede à execução na ordem jurídica interna, do disposto no Regulamento (UE) 2016/425, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016, relativo aos equipamentos de proteção individual, adiante designado por Regulamento.
Decreto-Lei n.º 2/82, de 5 de janeiro	Determina a obrigatoriedade da participação de todos os casos de doença profissional à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais
Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de outubro	Prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho
Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro	Regulamentação das normas técnicas respeitantes às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho
Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de outubro	Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de protecção individual no trabalho
Portaria n.º 988/93, de 6 de outubro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Protecção Individual, previstas no Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de outubro
Portaria n.º 1131/93, de 4 de novembro	Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de protecção individual
Decreto-Lei n.º 349/93, de 1 de outubro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor
Portaria n.º 989/93, de 6 de outubro	Estabelece as normas técnicas de execução das prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor
Decreto-Lei n.º 330/93, de 25 de setembro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas
Decreto-Lei n.º 214/95, de 18 de agosto	Estabelece as condições de utilização e de comercialização de máquinas usadas,
Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de junho	Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho
Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de dezembro	Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho
Decreto-Lei n.º 159/99, de 11 de maio	Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes
Decreto-Lei n.º 291/2000, de 14 de novembro	Regulamento de homologação dos tratores agrícolas e florestais de rodas
Portaria n.º 172/2000, de 23 de março	Definição de máquinas usadas

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18 de novembro	Regula a protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho
Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 2000/14/CE, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior
Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho
Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6 de setembro	Prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído)
Decreto-Lei n.º 46/2006, de 24 de fevereiro	Prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes à exposição dos trabalhadores aos riscos devidos a vibrações mecânicas)
Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro	Estabelece as regras em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior
Decreto-Lei n.º 333/2007, de 10 de outubro	Regulamento relativo ao nível sonoro à altura dos ouvidos dos condutores de tratores agrícolas ou florestais de rodas.
Decreto-Lei n.º 103/2008, de 29 de dezembro	Regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios,
Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho	Altera o Código da Estrada e aprova o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2006/126/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, alterada pelas Diretivas n.os 2009/113/CE, da Comissão, de 25 de agosto, e 2011/94/UE, da Comissão, de 28 de novembro, relativas à carta de condução
Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro	Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho
Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Código do trabalho
Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro	Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais
Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos
Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 de agosto	Estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente
Decreto-Lei n.º 81/2011, de 20 de junho	Regula elementos e características dos tratores agrícolas ou florestais de rodas
Portaria n.º 256/2011, de 5 de julho	Aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respetivas

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho	Licença de Condução para Tratores Agrícolas
Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto	Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho
Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro	Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho
Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro	Consolida as prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho
Decreto-Lei n.º 220/2012, de 10 de outubro	Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e mistura
Portaria n.º 71/2015, de 10 de março	Aprova o modelo de ficha de aptidão de exame de saúde
Lei n.º 120/2015, de 1 de setembro	Alteração ao Código do Trabalho, reforçando os direitos de maternidade e paternidade
Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de abril	Fundo de Garantia Social
Lei n.º 28/2015, de 14 de abril	Consagra a identidade de género no âmbito do direito à igualdade
Lei n.º 9/2015, de 11 de fevereiro	Primeira alteração à Lei n.º 14/2008, de 12 de março, que proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de dezembro.
Lei n.º 107/2015, de 25 de agosto	Consolidação da legislação em matéria de direitos das associações de mulheres
Regulamento (CE) n.º 852/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de Abril	Relativo à higiene dos géneros alimentícios, destinada aos operadores
Regulamento (CE) n.º 853/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril	Estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal
Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017,	Relativo aos controlos oficiais e outras atividades oficiais que visam assegurar a aplicação da legislação em matéria de géneros alimentícios e alimentos para animais e das regras sobre saúde e bem-estar animal, fitossanidade e produtos fitofarmacêuticos,
Regulamento (CE) n.º 2073/2005 da Comissão de 5 de dezembro	Relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios
Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016,	Relativo às doenças animais transmissíveis e que altera e revoga determinados atos no domínio da saúde animal (Lei da Saúde Animal)
Decreto-Lei n.º 113/2006 de 12 de junho	Estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, dos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios e à higiene dos géneros alimentícios de origem animal, respetivamente
Decreto-Lei n.º 1/2007 de 2 de janeiro	Estabelece as condições de funcionamento dos locais de extração e processamento de mel e outros produtos da apicultura destinados ao consumo humano, complementares aos Regulamentos (CE) n.os

	852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, instituindo o respetivo regime e condições de registo e aprovação.
Regulamento (CE) nº852/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril	Relativo à higiene dos géneros alimentícios, destinada aos operadores
Regulamento (CE) nº853/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril	Estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal
Regulamento (UE) 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017,	Relativo aos controlos oficiais e outras atividades oficiais que visam assegurar a aplicação da legislação em matéria de géneros alimentícios e alimentos para animais e das regras sobre saúde e bem-estar animal, fitossanidade e produtos fitofarmacêuticos,
Regulamento (CE) nº2073/2005 da Comissão de 5 de dezembro	Relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios
Regulamento (UE) 2016/429 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016,	Relativo às doenças animais transmissíveis e que altera e revoga determinados atos no domínio da saúde animal (Lei da Saúde Animal)
Decreto-Lei nº113/2006 de 12 de junho	Estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, dos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativos à higiene dos géneros alimentícios e à higiene dos géneros alimentícios de origem animal, respetivamente
Decreto-Lei nº 1/2007 de 2 de janeiro	Estabelece as condições de funcionamento dos locais de extração e processamento de mel e outros produtos da apicultura destinados ao consumo humano, complementares aos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, instituindo o respetivo regime e condições de registo e aprovação.
Decreto-Lei nº 214/2003 de 18 de setembro	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/110/CE, do Conselho, de 20 de dezembro, relativa ao mel (Revoga o D.L. 131/85)   regras relativas às condições de produção e comercialização do mel, adaptando-as à legislação comunitária geral aplicável aos géneros alimentícios, especialmente a relativa à rotulagem, contaminantes e métodos de análise.
Dir. 2001/110/CE de 20 dezembro	Relativa ao mel (Revoga a Diretiva 74/409/CEE)   regras relativas às condições de produção e comercialização do mel, adaptando-as à legislação comunitária geral aplicável aos géneros alimentícios, especialmente a relativa à rotulagem, contaminantes e métodos de análise.
<b>3.4 Legal* employment</b>	
<b>Designação</b>	<b>Descrição Sumária</b>
Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	CT – Código do Trabalho
Lei 102/2009 de 10 de setembro	Regime Jurídico da Promoção da Segurança e saúde no Trabalho;
Lei 98/2009, de 4 de setembro	Regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais

Portaria 55/2010, de 21 de janeiro	Conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a atividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador
Lei n.º 76/2013, de 7 de novembro	Renovação extraordinária de contratos de trabalho a termo certo
Resolução da Assembleia da República 109/2012, de 8 de agosto	Aprova a Convenção n.º 184 sobre a Segurança e a Saúde na Agricultura, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 89.ª Sessão, realizada em Genebra em 21 de junho de 2001.
Portaria n.º 255/2010, de 5 de maio	Aprova o modelo do requerimento de autorização de serviço comum, de serviço externo e de dispensa de serviço interno de segurança e saúde no trabalho, bem como os termos em que o requerimento deve ser instruído
Lei n.º 113/99, de 3 de agosto	Desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação da legislação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho em certos sectores de actividades ou a determinados riscos profissionais
Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de março, que altera a Diretiva n.º 83/477/CEE, do Conselho, de 19 de setembro, relativa à protecção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho
Portaria n.º 1036/98, de 15 de dezembro	Altera a lista dos agentes biológicos classificados para efeitos da prevenção de riscos profissionais, aprovada pela Portaria n.º 405/98, de 11 de julho

## 4. Third parties rights

### 4.1 Customary rights

Designação	Descrição Sumária
RAR n.º 47/2008	Convenção de Faro
Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de julho	Constituição da República Portuguesa
D-L n.º 124/2006, de 28 de junho	Estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro	Titularidade dos recursos hídricos e servidões; no art.º 11.º, noção de margem e sua largura
Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	LA – Lei da Água

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural
Lei n.º 173/99, de 21 de setembro	LBGC – Lei de Bases Gerais da Caça
Lei n.º 7/2008, 15/02	Lei da Pesca nas Águas Interiores
Lei n.º 31/2014	Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo
Lei n.º 2069, de 24 de abril de 1954	Regime Florestal
D-L n.º 16/2009, de 14 de janeiro	Aprova o Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal (PROF, PGF, PEIF)
DL n.º 47344/66, de 25 de Novembro	Código Civil
Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro	Código Penal
Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural

## 5. Trade and transport

### 5.1 Classification of species, quantities, qualities

Designação	Descrição Sumária
Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013	Estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas

### 5.2 Trade and transport

Designação	Descrição Sumária
Portaria n. 243/2020, de 14 outubro	relativa às medidas de proteção fitossanitária e medidas de erradicação a aplicar no território nacional contra <i>Xylella fastidiosa</i> tendo em conta o estipulado no Regulamento de Execução (EU) 2020/1201.
Regulamento de Execução (EU) 2020/1201 da Comissão, de 14 de agosto	Medidas para impedir a introdução e propagação na União Europeia de <i>Xylella fastidiosa</i>
Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio	Transpõe a Diretiva n.º 2014/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, que altera as Diretivas n.os 92/58/CEE, 92/85/CEE, 94/33/CE, 98/24/CE do Conselho e a Diretiva n.º 2004/37/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a fim de as adaptar ao Regulamento (CE) n.º 1272/2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23 de junho	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 1999/77/CE, da Comissão, de 26 de Julho, relativa à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, alterando o Decreto-Lei n.º 264/98, de 19 de Agosto
Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho	Regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias
Decreto-Lei n.º 132/2017, de 11 de outubro	Aprova o Regulamento Que Fixa os Pesos e as Dimensões Máximos Autorizados para os Veículos em Circulação, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/719
Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro	Só podem circular determinados vegetais e produtos vegetais, potenciais hospedeiros de pragas e doenças de quarentena, no país e no espaço da União Europeia, se devidamente acompanhados de passaporte fitossanitário
Decreto-Lei n.º 31/2020, de 30 de junho	Aprova o regime do manifesto de corte, corte extraordinário, desbaste ou arranque de árvores e da rastreabilidade do material lenhoso
Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto	Manifesto de exploração de material de coníferas hospedeiras do nemátodo da madeira do pinheiro
Portaria n.º 161/2013 de 23 de abril	Em complemento da Lei n.º 147/2003, de 11 de julho, (Artigo 3º, actualizadas na Lei n.º 82/2014 de 31 de dezembro) no que diz respeito a transporte de produção silvícola não própria
Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio	Declaração de pinhas
Decreto – Lei n.º 173/88 de 17 de maio	Estabelece a necessidade de autorização prévia para o corte prematuro de povoamentos florestais de Pinheiro bravo e Eucalipto
DL n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852
Regulamento (CE) n.º 178/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 28 de janeiro	Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios
Decreto-Lei n.º 69/2005 de 17 de março	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de dezembro, relativa à segurança geral dos produtos
Decreto-Lei n.º 140/2017 10 de novembro	Relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas
Despacho Normativo n.º 246/94, de 18 de abril	Estabelece a organização do mercado no sector das frutas e produtos hortícolas e o registo dos operadores e importadores
Regulamento (CE) n.º 1148/2001, de 12 de junho	Relativo aos controlos de conformidade com as normas de comercialização aplicáveis no sector das frutas e produtos hortícolas frescos
Regulamento (CE) n.º 2200/96, do Conselho de 28 de outubro	Estabelece a organização comum de mercado no sector das frutas e produtos hortícolas
Regulamento (CE) n.º 1284/2002 da Comissão, de 15 de julho de 2002	Estabelece a norma de comercialização aplicável às avelãs com casca

Regulamento (CE) n.º 1863/2004, da Comissão de 26 de outubro	Estabelece a norma de comercialização aplicável aos cogumelos de cultura
Decreto-Lei n.º 214/2003 de 18 de setembro	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/110/CE, do Conselho, de 20 de dezembro, relativa ao mel (Revoga o D.L. 131/85)   regras relativas às condições de produção e comercialização do mel, adaptando-as à legislação comunitária geral aplicável aos géneros alimentícios, especialmente a relativa à rotulagem, contaminantes e métodos de análise.
Dir. 2001/110/CE de 20 Dezembro	Relativa ao mel (Revoga a Directiva 74/409/CEE)   regras relativas às condições de produção e comercialização do mel, adaptando-as à legislação comunitária geral aplicável aos géneros alimentícios, especialmente a relativa à rotulagem, contaminantes e métodos de análise.
Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de abril	Regula a libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados (OGM) e a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Março
<b>5.5 CITES</b>	
<b>Designação</b>	<b>Descrição Sumária</b>
Decreto n.º 50/80. D.R. n.º 168, Série I de 1980-07-23	Aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção.
Decreto-Lei n.º 211/2009, D.R. n.º 171, Série I de 2009-09-03	Assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), do Regulamento (CE) n.º 338/97, do Conselho, relativo à proteção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio, e do Regulamento (CE) n.º 865/2006 da Comissão, revogando o Decreto-Lei n.º 114/90, de 5 de abril.
Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de março	Define as taxas devidas pelos atos e serviços prestados pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), I. P., e revoga a Portaria n.º 1245/2009, de 13 de outubro
Portaria n.º 86/2018, de 27 de março	Identifica as espécies cujos espécimes são de detenção proibida, ao abrigo do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 121/2017, de 20 de setembro, e revoga as Portarias n.os 1226/2009, de 12 de outubro, e 60/2012, de 19 de março
Portaria n.º 48/2018, de 14 de fevereiro	identifica quais as estâncias aduaneiras sob jurisdição nacional em que são executadas as verificações e formalidades relativas à importação e exportação na União Europeia de espécimes de espécies incluídas nos anexos A, B, C ou D do Regulamento (CE) n.º 338/97, do Conselho, de 9 de dezembro de 1996, e revoga a Portaria n.º 1225/2009, de 12 de outubro
Portaria n.º 7/2010. D.R. n.º 2, Série I de 2010-01-05	Regulamenta as condições de organização, manutenção e atualização do Registo Nacional CITES e as condições do exercício das atividades que impliquem a detenção de várias espécies.

## 6. Due diligence due care

### 6.1 Due diligence / due care procedures

Designação	Descrição Sumária
Decreto-Lei n.º 76/2013, de 5 de junho	Cria o registo de operador de madeira e de produtos derivados e estabelece medidas sancionatórias por violações ao Regulamento (UE) n.º 995/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, definindo o regime de controlo e fiscalização da sua aplicação no território nacional
Decreto-Lei n.º 31/2020, de 30 de junho	Aprova o regime do manifesto de corte, corte extraordinário, desbaste ou arranque de árvores e da rastreabilidade do material lenhoso
Decreto-Lei n.º 123/2015, de 3 de julho	Manifesto de exploração florestal de material de coníferas hospedeiras NMP
Decreto-Lei n.º 147/2003 de 11 de Julho	Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA, nomeadamente quanto à obrigatoriedade e requisitos dos documentos de transporte que os acompanham
Portaria n.º 413/2015, de 27 de novembro	Estabelece o procedimento único de formação e exame para obtenção da carta de caçador e da licença de uso e porte de arma para o exercício do ato venatório
Portaria n.º 181/2018, de 22 de junho	Estabelece o capital mínimo e as condições a que obedece o seguro obrigatório de responsabilidade civil relativo à atividade desenvolvida pelos guardas dos recursos florestais
Decreto Legislativo Regional n.º 23/2020/A de 14 de agosto de 2020	Regime jurídico da atividade de polícia florestal da Região Autónoma dos Açores

## 7. Ecosystem Services

### 7. Ecosystem Services

Designação	Descrição Sumária
Decreto n.º 95/81, de 23 de julho.	Convenção de Berna
Decreto-Lei n.º 316/89, 22 de setembro.	Regulamentação da Convenção de Berna
Decreto n.º 21/93, de 21 de junho (D. R. n.º 143, Série I)	Convenção sobre Diversidade Biológica
Decreto-Lei n.º 218/95. D.R. n.º 197, Série I-A de 1995-08-26	Condicionantes às atividades de lazer com veículos motorizados em Áreas Protegidas, Zonas Especiais de Proteção, praias e dunas.

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho	Aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza
Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril	Transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (diretiva aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretiva habitats).
Decreto Regulamentar n.º 18/99. D.R. n.º 200, Série I-B de 1999-08-27	Regula a Animação Ambiental nas modalidades de Animação, Interpretação Ambiental e Desporto de Natureza nas Áreas Protegidas, bem como o respetivo processo de Licenciamento (apenas em vigor o artigo 6.º).
Decreto n.º 7/2002	Protocolo de Quioto
Decreto n.º 7/2004, de 17 de Abril	Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica
Portaria n.º 1465/2004. D.R.n.º 294, Série I-B de 2004-12-17	Aprova a Carta de Desporto de Natureza e respetivo Regulamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho	Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, 21 de julho	Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.
Portaria n.º 53/2008. D.R. n.º 13, Série I de 2008-01-18	Aprova a Carta de Desporto de Natureza e respetivo Regulamento do Parque Natural de Sintra-Cascais.
Portaria n.º 651/2009. D.R. n.º 112, Série I de 2009-06-12	Define o Código de Conduta a adotar pelas Empresas de Animação Turística e dos Operadores Marítimo-Turísticos que exerçam atividades reconhecidas como Turismo de Natureza e o logótipo que os identifica.
Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio	Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das Empresas de Animação Turística e dos Operadores Marítimo-Turísticos, conformando este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.
Decreto-Lei n.º 191/2009, D.R. n.º 158, Série I, de 2009-08-17	Estabelece as bases das Políticas Públicas de Turismo e define os instrumentos para a respetiva execução.
Portaria n.º 261/2009, de 12 de março	Reconhecimento, pelo ICNF, I.P., de empreendimentos de Turismo Natureza
D-L n.º 199/2012 de 24 de agosto,	Exercício da atividade de animação turística por agências de viagem e turismo
Portaria n.º 122/2014, de 16 de junho	Isenção do pagamento de taxas em áreas do SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas
D-L n.º 128/2014, de 29 de agosto	Regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local
Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2019, de 30 de julho	Aprova a 1.ª Fase do Programa de Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas em Espaços Rurais

Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho	Estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem
Portaria n.º 72/1989 de 24 de outubro	Estabelece as regras para o funcionamento e utilização das Reservas Florestais de Recreio
Decreto Legislativo Regional n.º 16/2000/A de 21 de junho	Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 16/89/A de 30 de agosto
Decreto Legislativo Regional n.º 30/2012/A de 3 de julho	Estabelece o regime jurídico dos percursos pedestres na Região Autónoma dos Açores, adiante designado por percursos.

## 8. Cultural heritage

### 8. Cultural heritage

Designação	Descrição Sumária
Decreto n.º 95/81, de 23 de julho.	Convenção de Berna
Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro	Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro	Regulamento de Trabalhos Arqueológicos
Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho	Estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal;
Decreto n.º 49/79, de 6 de junho	A "Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural", adotada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em 1972, a que Portugal aderiu em 1979
Decreto do Presidente da República n.º 74/97, de 16 de dezembro	Ratifica A "Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (Revista)- Convenção de Malta" de 1992
Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008	Ratifica a "Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO)", de 2003
Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro	Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda
Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro	Altera o Decreto -Lei n.º 309/2009
Decreto-Lei 265/2012, de 28 de dezembro	Altera o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Despacho n.º 14523/2010, de 17 de setembro	Prazo de revisão dos atos de classificação a que correspondam as categorias de conjunto ou sítio, de conformidade com o n.º 1 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro
Despacho n.º 7931/2010, de 5 de maio	Estipula o modelo de requerimento inicial para processos de classificação dos imóveis
Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho	Aprova o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal
Decreto-Lei 148/2015, de 4 de agosto	Estabelece o Regime da Classificação dos Bens Culturais Móveis
Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro na sua redação atual dada pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro	Regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA)
Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho	Criação do Fundo de Salvaguarda do Património
Decreto-Lei n.º 51/2019 de 17 de Abril	Reconhecimento da importância histórica e cultural dos itinerários em território nacional do Caminho de Santiago e a necessidade de salvaguarda, valorização e promoção dos mesmos
Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto	Estabelece o Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial
Decreto-Lei n.º 316/89, 22 de setembro.	Regulamentação da Convenção de Berna
Decreto n.º 21/93, de 21 de junho (D. R. n.º 143, Série I)	Convenção sobre Diversidade Biológica
Decreto-Lei n.º 218/95. D.R. n.º 197, Série I-A de 1995-08-26	Condicionantes às atividades de lazer com veículos motorizados em Áreas Protegidas, Zonas Especiais de Proteção, praias e dunas.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho	Aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza
Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril	Transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens (diretivas aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (diretivas habitats).
Decreto Regulamentar n.º 18/99. D.R. n.º 200, Série I-B de 1999-08-27	Regula a Animação Ambiental nas modalidades de Animação, Interpretação Ambiental e Desporto de Natureza nas Áreas Protegidas, bem como o respetivo processo de Licenciamento (apenas em vigor o artigo 6.º).
Decreto n.º 7/2002	Protocolo de Quioto
Decreto n.º 7/2004, de 17 de abril	Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica
Portaria n.º 1465/2004. D.R.n.º 294, Série I-B de 2004-12-17	Aprova a Carta de Desporto de Natureza e respetivo Regulamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

**FSS Portugal Annex A | List of applicable laws, regulations and nationally ratified international treaties, conventions and agreements.**

**Portuguese FSS | FSC-STD-PRT-02-2025**



Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho	Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, 21 de julho	Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.
Portaria n.º 53/2008. D.R. n.º 13, Série I de 2008-01-18	Aprova a Carta de Desporto de Natureza e respetivo Regulamento do Parque Natural de Sintra-Cascais.
Portaria n.º 651/2009. D.R. n.º 112, Série I de 2009-06-12	Define o Código de Conduta a adotar pelas Empresas de Animação Turística e dos Operadores Marítimo-Turísticos que exerçam atividades reconhecidas como Turismo de Natureza e o logótipo que os identifica.
Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio	Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das Empresas de Animação Turística e dos Operadores Marítimo-Turísticos, conformando este regime com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.
Decreto-Lei n.º 191/2009, D.R. n.º 158, Série I, de 2009-08-17	Estabelece as bases das Políticas Públicas de Turismo e define os instrumentos para a respetiva execução.
Portaria n.º 261/2009, de 12 de março	Reconhecimento, pelo ICNF, I.P., de empreendimentos de Turismo Natureza
D-L n.º 199/2012 de 24 de agosto,	Exercício da atividade de animação turística por agências de viagem e turismo
Portaria n.º 122/2014, de 16 de junho	Isenção do pagamento de taxas em áreas do SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas
D-L n.º 128/2014, de 29 de agosto	Regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local
Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2019, de 30 de julho	Aprova a 1.ª Fase do Programa de Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas em Espaços Rurais
Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho	Estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem
Portaria nº 72/1989 de 24 de outubro	Estabelece as regras para o funcionamento e utilização das Reservas Florestais de Recreio
Decreto Legislativo Regional nº 16/2000/A de 21 de junho	Altera o Decreto Legislativo Regional nº 16/89/A de 30 de agosto
Decreto Legislativo Regional nº 30/2012/A de 3 de julho	Estabelece o regime jurídico dos percursos pedestres na Região Autónoma dos Açores, adiante designado por percursos.